

A NARRATIVA SOBRE A IMIGRAÇÃO JAPONESA EM AUTOBIOGRAFIAS (1980-1988)

THE NARRATIVE ABOUT JAPANESE IMMIGRATION IN AUTOBIOGRAPHIES (1980-1988)

Luana Martina Magalhães Ueno¹

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-1928-3544>

Recebido em: 12/11/2020

Aprovado em: 14/02/2021

RESUMO

A partir da metade da década de 1980 e mais especificamente devido aos 80 anos da imigração japonesa, em 1988, emergiram mais expressivamente obras escritas por imigrantes japoneses e descendentes que buscavam a construção da memória dos *nikkei*. Esse período é significativo por concretizar-se uma literatura *nikkei*, composta principalmente de autobiografias e romances. Assim, o objetivo deste artigo é analisar as autobiografias escritas pelos imigrantes que abordam, sobretudo, o mundo do trabalho e enfatizam os sofrimentos vividos nas fazendas de café, a superação dos problemas através do *gambarê*,

ABSTRACT

From the middle 1980's and more specifically because of 80 years of Japanese immigration, in 1988, it was emerged more significantly works written by Japanese immigrant and descendants who sought the nikkei memory construction. This period is significant because of achieve a nikkei literature. Thus, the goal of this paper is to analyze autobiographies written by immigrant and approach, especially, the world of work and emphasize sorrows experience on the coffee farms, the overcoming of problems through gambarê, the cooperative help of the Japanese community and the victory of these individuals in Brazil. To analyzes, we select three

¹ Mestranda em História Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Membro do Laboratório de Pesquisa sobre Culturas Orientais (LAPECO/UEL), do Laboratório de Estudos Históricos do Contemporâneo (LABEHCON/UEL) e do Centro de Estudos Asiáticos (CEA/UFF). E-mail: 8.luana@gmail.com.

a ajuda cooperativa da comunidade nipônica e a vitória desses indivíduos no Brasil. Para as análises, selecionamos três autobiografias: “Samurai da Paz: Saga de um Imigrante Japonês” (1982); “Toda uma vida no Brasil” (1984) e “Sob dois horizontes” (1988). Metodologicamente, analisaremos as literaturas na perspectiva de Pierre Bourdieu (2002), compreendendo autobiografias como um discurso oficial de si e marcada pelo sucesso econômico e social. Como resultados, sugerimos que os autores desejavam deixar os seus registros para as gerações futuras. Narravam-se as suas histórias e o processo migratório cronologicamente, acentuando os sofrimentos e as dificuldades.

Palavras chave: Imigração japonesa. Literatura *nikkei*. Autobiografia *nikkei*.

Introdução

Na década de 1980, consolidou-se uma literatura *nikkei*² composta por livros que buscavam a construção de memória sobre a imigração japonesa. Os escritores visavam homenagear a presença japonesa no Brasil, principalmente, porque boa parte das publicações coincidiram com a comemoração dos 80 anos da imigração japonesa, em 1988. Embora não fossem necessariamente obras encomendadas, os autores acharam a data propícia para recordar, assim, utilizaram-se taticamente dessa conjuntura para a reprodução de seus discursos. Dentre as obras, destacamos as autobiografias, em que ressaltam o mundo do trabalho e contêm visões idealizadas sobre o Japão, o cotidiano do imigrante japonês, a harmonia

autobiographies: “Samurai da Paz: Saga de um Imigrante Japonês” (1982); “Toda uma vida no Brasil” (1984) e “Sob dois horizontes” (1988). Methodologically, we analyze the literatures in perspective of Pierre Bourdieu (2002), comprehending autobiographies as an official discourse and marked by economic and social success. As results, we suggest that authors intended cease their records to the future generations. They narrated their story and the immigration process chronologically, accentuating sufferings and difficulties.

Keywords: Japanese immigration. *Nikkei literature*. *Nikkei autobiography*.

² O termo *nikkei* foi definido formalmente durante “Congresso Pan-Americano Nikkei”, em 1985, para designar todas as pessoas de ascendência japonesa nas américas, objetivando diferenciar dos imigrantes japoneses e dos nipo-americanos (Estados Unidos) (SAKURAI, 1993; LESSER, 2001). Contudo, supomos que esse termo se transformou com o tempo e passou a ser utilizado pelos pesquisadores como designação tanto para os imigrantes japoneses quanto para os descendentes, ou seja, referindo-se ao grupo japonês. Assim, neste artigo estamos empregando para denominar os imigrantes japoneses e descendentes.

entre o contato de culturas diferentes, reelaborando a ideia de democracia racial, e a amizade entre o Brasil e Japão. Michael Pollak (1989) argumenta que a memória é seletiva e não pode ser considerada um processo inocente, já que pressupõe determinados agentes produtores contendo algum objetivo, como: a seleção, a ressignificação e a reprodução de determinados eventos, períodos e personagens.

As obras aqui analisadas foram escritas em português ou traduzidas, demonstrando a relevância do acesso de pessoas fora da colônia japonesa: os descendentes que não sabiam ler em japonês e os não descendentes. Sendo assim, as obras não ficaram restritas apenas dentro da colônia, mas foram divulgadas para que todos os sujeitos pudessem ler e conhecer a vida dos imigrantes e de seus descendentes. Segundo Elton Vinicius Sadao Tada (2014) essa literatura é um novo tipo de arquivamento que dialoga com aquilo que o grupo produziu a seu respeito, e ainda, com a pretensão de compartilhar os aprendizados para com as próximas gerações. Ademais, consideramos a ampliação do público nessa literatura como uma tática³, seguindo uma lógica muito semelhante a dos jornais nipo-brasileiros que começaram a publicar em português para alcançar a população não nikkei e os *nikkeis* que não sabiam ler em japonês (LESSER, 2001).

Embora houvessem diversas publicações de romances e autobiografias *nikkeis* da década de 80, com raras exceções, esses livros não ganharam posição de destaque na literatura brasileira, na qualidade de um conjunto de obras consagradas e integradas na formação de um legado literário. Dessa forma, a literatura nikkei limitou-se a uma circulação margeada no sistema literário (VEJMELKA, 2014). Isto é, as obras não foram angariadas por um capital social⁴ dentro do campo literário, não sendo reconhecidas como autoridades e prestigiadas nesse campo. Definimos que a estrutura do capital social, dentro do campo literário, é delimitada pelo reconhecimento entre os críticos, por serem trabalhos premiados e por angariar uma notável recepção.

As autobiografias foram escritas pelos próprios imigrantes com a finalidade de registrar a sua história, em razão da preocupação dos autores em deixar, para os descendentes, os seus registros, como uma espécie de lição moral, em outras palavras, queriam transmitir para as gerações futuras o testemunho de “trabalho e sacrifícios” vividos pela primeira geração.

³ Michel de Certeau (2014, p. 46) define que a tática é um recurso do sujeito diante do jogo que se apresenta, ou seja, ele negocia conforme as condições impostas pelas estratégias. A tática depende das situações, “[...] vigiando ‘para captar no voo’ possibilidades de ganho. O que ela ganha, não guarda. Tem que constantemente jogar com os acontecimentos para os transformar em ‘ocasiões’”.

⁴ O capital social determina a posição que um agente ocupa dentro de um determinado campo: aqueles que possuem o maior capital ocupam o polo dos dominantes. Enquanto os que são intitulados de dominados não dispõem ou “se definem pela raridade” do capital social. Em cada campo esse capital é estruturado de forma diferente (BOURDIEU, 1983; ORTIZ, 1983).

Por isso, as autobiografias e biografias são consideradas partes de um discurso oficial, uma vez que se selecionam os eventos vividos, dando a ideia de uma história sem conflitos e com a vitória do imigrante no final (SAKURAI, 1993). De acordo com Pierre Bourdieu (2002, p. 189), os relatos tendem a aproximar-se mais da apresentação oficial que fazemos de nós mesmos, ou seja, por serem os discursos uma exposição pública e que simbolizam o privado da própria vida, “[...] implica um aumento de coações e de censuras específicas (das quais as sanções jurídicas contra as usurpações de identidade ou o porte ilegal de condecorações representam o limite) [...]”.

Além de conduzir a noção de trajetória, isto é, a vida é organizada cronologicamente e com uma ordem lógica: “[...] desde um começo, uma origem, no duplo sentido de ponto de partida, de início, mas também de princípio, de razão de ser, de causa primeira, até seu término, que também é um objetivo” (BOURDIEU, 2002, p. 184 e 185). Assim, na autobiografia, ou biografia, os eventos são organizados em sequências ordenadas a fim de serem mais compreensíveis, mesmo que não se desenrolarem em sua estrita sucessão cronológica. Logo, o relato autobiográfico se baseia em dar sentido, “[...] de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário [...]”. (BOURDIEU, 2002, p. 184 e 185).

As autobiografias escritas pelos imigrantes abordaram de forma romanceada, sobretudo, os sofrimentos vividos nas fazendas de café, a superação dos problemas por meio do *gambarê*⁵, a ajuda cooperativa da comunidade nipônica e a vitória desses indivíduos no Brasil. Para as análises, selecionamos três autobiografias, publicadas durante a década de 1980, escritas em português e que possuíam um certo prestígio. Tais livros são: “Samurai da Paz: Saga de um Imigrante Japonês” (1982); “Toda uma vida no Brasil” (1984) e “Sob dois horizontes” (1988). Conforme Sakurai (1993, p. 17), as datas e acontecimentos importantes são marcados por inscrições, monumentos, comemorações, festas e são documentadas em livros, folhetos e edições comemorativas. Essas características estiveram presentes entre os imigrantes japoneses, uma vez que houve a preocupação, por parte da colônia, em documentar os episódios significativos e realçar a trajetória dos seus membros mais ilustres “[...] apontando tanto para a inserção como para a união da colônia através da divulgação e informação dos acontecimentos a ela ligados [...]”.

⁵ *Gambarê* simboliza os esforços dos japoneses em superar as diferenças e dificuldades. No Brasil isso se materializou no empenho de trabalhar ao máximo para economizar o possível, renunciando aos luxos e sonhando com uma vida melhor (SAKURAI, 1993).

O livro “Samurai da Paz: Saga de um Imigrante Japonês” de Armando Soichi Iwaya, publicado em 1982 pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em Curitiba, é uma autobiografia que narra a vida de Iwaya desde a sua chegada ao Brasil, com 10 anos, até os momentos em que conseguiu diversos prêmios/condecorações, dentre os quais de comendador. Sua história é contada como uma espécie de odisséia, salientando a busca da integração dos imigrantes japoneses. Já a obra “Toda uma vida no Brasil” de Katsuzo Yamamoto, publicada pelo Massao Ohno Editor, em 1984 e em São Paulo, é uma coletânea de textos publicados, inicialmente, em jornais e revistas da colônia no decorrer de 20 anos, em japonês e traduzidos por José Yamashiro⁶. São ao todo 219 artigos que dissertam de forma cronológica a trajetória de vida de Yamamoto, partindo da chegada ao Brasil, a vida na fazenda e, posteriormente, o “triumfo” em tornar-se jornalista (SAKURAI, 1993). A autobiografia “Sob dois horizontes” de Mitsuko Kawai, publicada em 1988, pela Editora do Escritor LTDA em São Paulo, é uma das poucas autobiografias femininas e que retrata a vida da mulher imigrante, as dificuldades no trabalho, os sucessos, os fracassos e a vitória na vida: representada desde o aprendizado da língua portuguesa até a conquista do cargo de jornalista no “Diário Nippak”, aos 54 anos, sendo a primeira jornalista mulher de origem japonesa. O objetivo da autora era divulgar a cultura japonesa para os descendentes e não *nikkeis* (SAKURAI, 1993).

As autobiografias são concentradas no trabalho e é por intermédio dele que as conquistas e as responsabilidades são realizadas. Igualmente, os autores eram sujeitos de relevância dentro da colônia japonesa: Iwaya era contador e foi reconhecido diversas vezes, chegando a ganhar prêmios e medalhas por sua contribuição à sociedade; Yamamoto era jornalista reconhecido dentro da colônia e Kawai foi a primeira mulher a tornar-se jornalista, isso aos 54 anos. Outrossim, notamos que as obras seguem uma linha cronológica, em que colocam o sacrifício e o sofrimento como apenas um degrau para conquista da vitória. Para a análise das autobiografias selecionamos os tópicos marcantes e em comum nas obras. Dessa maneira, percebemos que os autores tratam principalmente sobre: 1- o sofrimento dos imigrantes em terras desconhecidas; 2- A formação de uma comunidade imaginada; 3- Os conflitos durante a Era Vargas; 4- Os conflitos no pós-guerra.

⁶ José Yamashiro é uma figura complexa por sua ampla participação na colônia japonesa. Pertence à primeira geração de jornalistas *nisei* e contribuiu ativamente para os jornais nipo-brasileiros, como o Gakusei e a revista Transição, ambos objetivavam mostrar a assimilação dos *nikkeis* e a identidade nipo-brasileira. Fundou a Liga Estudantina Nipo-Brasileira, juntamente com outros *nisei*, seguindo a mesma lógica dos jornais nipo-brasileiros. Ainda foi um dos *nikkeis* que se alistou nas forças revolucionárias na Revolução Constitucionalista, em 1932. Outra participação de Yamashiro é nos casos da Shindô Renmei como intérprete da polícia (MIYAGUI, 1986; LESSER, 2001).

1. O sofrimento dos imigrantes japoneses em terras desconhecidas

Os livros autobiográficos analisados seguem uma linha temporal bem parecida: descrevem a vida no Japão, depois a viagem nos navios, a chegada em terras estranhas, a decepção com a vida na fazenda, os processos de adaptação e as conquistas por meio do *gambarê*. Além de elaborarem um discurso baseado nos sofrimentos e em suas lutas diárias para sobreviver e conquistar um espaço numa sociedade discriminatória e explorativa. Os autores rememoraram e selecionaram os eventos de significância, objetivando a conservação de um passado que, segundo eles, estava se perdendo, sobretudo, pelo abandono das práticas culturais japonesas e pelo movimento de *dekasseguí*. Ecléa Bosi (1994) disserta que o lembrar é um (re) fazer e é a compreensão do agora a partir do outrora, em outras palavras, é um sentimento de reaparição do feito, não sendo apenas uma repetição.

As obras começam contando a vida no Japão e os motivos que fizeram os japoneses imigrarem para o Brasil. No caso de Yamamoto (1984), a imigração ocorreu após o falecimento de seu pai, assim que se deu conta de que não melhoraria de vida continuando lá. Enquanto, Iwaya (1985) imigrou ainda criança por decisão de seu pai, o chefe de família, em virtude das crises econômicas e sociais. Semelhantemente, Kawai (1988) imigrou por decisão do chefe da família e em busca de uma vida melhor. Em todas as situações, os imigrantes vieram com a esperança de enriquecimento rápido, como expresso no trecho da autobiografia de Kawai (1988, p. 74): “Meu pai, até tomar a decisão de sair do Japão e vir para o Brasil como imigrante, deve ter pensado muito. Enfim, ele depositou esperanças na terra nova, para ter vida melhor [...]”.

Os japoneses imigraram intencionando ganhar somente o suficiente para pagar as dívidas, ajudar a família e juntar algum dinheiro para retornar ao seu país de origem. Dessa forma, acreditavam que seria uma imigração de caráter temporária. Do mesmo modo, no início, os trabalhadores japoneses eram contratados, pelos fazendeiros de café em São Paulo, por contratos que duravam em média de dois anos. Por isso, a presença nipônica, nesse momento, restringiu-se às regiões paulistas (SAKURAI, 2000; ANDRÉ, 2011).

Os autores chegaram ao Brasil entre os anos de 1932 e 1934, quase todos, expõem as dificuldades vivenciadas no navio e durante a viagem. Kawai (1984, p. 50) revela os sofrimentos pelos quais sua mãe enfrentou: “[...] o balanço do navio fazia-a sentir-se tão mal que desde que zarpamos do porto de KÔBE [sic] até chegarmos a Santos, quase o tempo todo ela permaneceu na cama, sem poder alimentar-se direito”. Por outro lado, Iwaya (1982, p. 28) narra a chegada na hospedaria brasileira de forma otimista: “Lembro bem ainda da sensação

que tive quando nos dirigimos ao suntuoso edifício da Hospedaria dos Imigrantes onde, após tramites burocráticos, recebemos gostosos sanduíches de salame e doces pulverizados com açúcar cristalizado [...]”.

Desse modo, a narrativa epopeica iniciou-se antes mesmo da chegada dos imigrantes no Brasil, pois reproduz que desde a saída do Japão, seu país natal, enfrentaram diversos problemas. Segundo Peter Burke (2006) recordar ou escrever o passado não são atividades inocentes, em razão de pressuporem a seleção, interpretação e distorção, condicionadas, ou pelo menos influenciadas, por grupos sociais, não sendo obra de indivíduos isolados.

Entretanto, ao chegarem no Brasil, os trabalhadores depararam-se com uma realidade bem diferente daquela sonhada: as condições de trabalho nas fazendas de café não permitiam a poupança e foi enfatizado a diferença cultural. Explicitado no livro da Kawai (1998, p. 74), quando aborda a decepção pela qual seu pai passou: “[...] esse sonho foi-se desfazendo pouco a pouco. Com o passar do tempo, foi-se percebendo que, mesmo trabalhando noite e dia e economizando ao máximo, não havia possibilidade de sobrar algum dinheirinho”.

Igualmente, tanto Yamamoto (1984) e Iwaya (1982) trataram sobre a desilusão ao chegarem nas fazendas de café, a impossibilidade de retorno e as dificuldades enfrentadas:

Creio que é por essa razão que, ao chegarmos à Fazenda São Domingos, trocamos olhares de surpresa. A nossa expectativa era outra e embora não tivéssemos otimistas em demasia com o que nos esperava, ficamos desapontados quando pisamos o chão batido à frente de vinte e duas casas construídas com tijolos sem reboco. Houve naquele instante uma interferência na nossa esperança de melhorar a vida. Nem sentimos a beleza do canto dos sabiás que vinha de longe. Ao entramos na casa que nos era destinada deparamos com mesas rústicas e camas de madeira bruta, cujos colchões, feitos de palha de milho, impressionaram-nos mal, pois embora não pertencêssemos à classe privilegiada, vínhamos [sic] de uma terra onde hábitos eram diferentes. É verdade que nos lembrávamos de que lá havia, nos costumes, a ressonância de civilizações seculares, enquanto aqui estava no começo, principalmente nas fazendas. Estávamos acostumados a dormir em colchões de algodão e morávamos em casas confortáveis forradas com ‘tatami’. (IWAYA, 1982, p. 33-34)

Nessa passagem é possível compreender a perspectiva de superioridade por parte de Iwaya: enquanto caracterizava o Japão como mais avançado pelos “costumes” e pelas “civilizações seculares”, descrevia o Brasil como primitivo e em construção. Consideramos essa afirmação como um discurso do pioneiro, colocando o imigrante como pioneiro e central na desenvoltura das regiões “inóspitas”. O discurso pioneiro propaga o ideário de progresso, ou

seja, o pioneiro era o empreendedor liberal, em marcha para o Oeste, construindo através do seu trabalho o Eldorado, a terra do progresso, caracterizada como a “[...] região que oferece a todos as mesmas oportunidades de acesso à propriedade privada da terra, à liberdade econômica e política, à prosperidade e à felicidade” (ARIAS NETO, 1995, p. 75). De natureza igual, entendemos que essa narrativa possui elementos do discurso nacionalista japonês⁷: exaltava os japoneses como um povo único e possuidor do *Yamato Damashii*⁸ (LUIZ, 2019).

Os autores retratam a difícil adaptação, seja em relação à língua, à cultura, alimentação, além do cotidiano de trabalhos cansativos nos cafezais. Kawai (1988, p. 81) relatou sobre as horas extenuantes de trabalho, mesmo para as mulheres que acabaram de casar ou dar à luz a um filho. No caso delas o labor era mais cansativo por ter dupla jornada: o trabalho em casa e na agricultura.

Na roça, as mulheres trabalhavam duas vezes mais que os homens, e como trabalhavam! O único serviço e que não participavam era a derrubada da mata virgem. Noutros serviços como capinar, plantar arroz, milho, feijão e algodão e, depois colher, mesmo na hora em que os homens descansavam, as mulheres trabalhavam fazendo comidas, lavando roupa e cuidando das crianças. (KAWAI, 1988, p. 81)

Já Iwaya (1982, p. 44) expõe que enquanto sua família trabalhava (mãe, pai e a irmã Haruo), ele cuidava dos irmãos mais novos:

Meu pai, minha mãe e minha irmã Haruo assim que o dia clareava faziam a primeira refeição, muniam-se do que era preciso para comer no almoço e no café da tarde e iam para o trabalho. Ficavam comigo a reponsabilidade da casa e o cuidado com os irmãos. Os meus irmãos não eram o maior problema. O problema eram os afazeres da casa, principalmente a busca de água potável. O rio que a fornecia se distanciava mais de quinhentos metros da casa e trazê-la em latas de querosene era um serviço pesado. Mas não adiantava reclamar. Meus pais e minha irmã, ao voltarem do serviço à noite, precisavam tomar banho [...]. (IWAYA, 1982, p. 44)

⁷ Segundo Luiz (2019, p. 14) a existência de um Japão como “[...] nação foi condicionada ao imperador que assumiu, por intermédio da figura dos ancestrais, a característica de aglutinador do etnocentrismo japonês, isto é, o Japão só deveria ser pensado como um território unificado pela presença do imperador [...]”; resultando na construção de um nacionalismo japonês no Brasil e que assumiu diversas características, entre elas, a ideia de superioridade.

⁸ *Yamato Damashii* (大和魂) trata-se de um Espírito de imbatibilidade. Para saber mais consultar: Luiz (2019) e Dezem (2000).

De acordo com essa representação construída por Iwaya, as famílias dos imigrantes, no Brasil, conservaram algumas características estruturais: a família era vista como uma unidade econômica e cooperativa, sendo assim, todos os membros deveriam contribuir de alguma forma nas atividades: seja na lavoura, ou nas tarefas em casa cuidando dos irmãos. Outrossim, identifica-se o pensamento do *gambarê*, em razão dos indivíduos terem de aguentar os sofrimentos e as dificuldades com determinação. A força para trabalhar provinha, inicialmente, do anseio de retorno para a terra natal, ganhar e economizar o máximo possível. Entretanto, com a impossibilidade de retorno ocorreu uma mudança mental dos imigrantes japoneses: deixaram os empregos nas fazendas de café e mudaram-se para as cidades ou para as zonas pioneiras, onde poderiam tornar-se lavradores independentes. Cacilda Maesima (2012) disserta que, a partir de 1926, os imigrantes japoneses buscaram novos rumos e lugares onde poderiam dedicar-se com maior rendimento à agricultura de caráter mercantilista. Embora o plano de retorno ainda predominasse entre eles, acabou não concretizando-se e a grande maioria radicou-se no país.

Notamos que os autores relembram muito a dedicação à lavoura, assim, o período inicial da imigração é caracterizado pelo trabalho e só é lembrando por ele, ainda mais que os autores pertenciam a primeira geração. Bem como, os escritores selecionaram os eventos que poderiam causar empatia por parte do leitor, como as labutas enfrentadas no cotidiano e a ilusão de enriquecimento rápido propagado pelo governo japonês e pelas empresas colonizadoras. Nos textos memorialísticos, ou considerados de memória oficial, o escritor escolhe distintos caminhos que fazem a narrativa desembocar em determinado lugar, ainda, pode “[...] optar por encobri-la, por disfarçá-la com ornamentos do texto, por iludir o leitor com falsas crenças e impossíveis promessas ou por exibir a perda, por apresentar o vazio sem buscar obturá-lo [...]” (BRANCO, 1991, p. 36).

2. A formação de uma comunidade imaginada

A formação de uma comunidade foi um ponto comum versado nas autobiografias, os autores argumentavam que certas características – desilusão de retorno, difícil adaptação, labuta do dia-a-dia, conflitos culturais, manutenção das práticas, ligação com determinada vertente religiosa – permitiram uma identificação entre os migrantes. Do mesmo modo, evocou-se o espírito de comunidade para aproximar-se da antiga vida no Japão, auxiliando no surgimento de redes de solidariedade. Por meio disso, consolidaram-se as colônias japonesas estruturadas em escolas, associações e cooperativas, centrando o ensino e o trabalho.

Percebemos essa ideia de formação de comunidade no livro de Yamamoto (1984, p. 19), conforme o autor, os imigrantes se “uniram” e estabeleceram um sistema de cooperação. A ideia de uma comunidade japonesa, é aqui entendido como uma comunidade imaginada, conceito constituído por Benedict Anderson (2008), em que uma comunidade é politicamente imaginada, sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana. É considerada imaginada porque embora os indivíduos não se conheçam pessoalmente, eles mantêm uma espécie de comunhão viva e se reconhecem como um todo, ou seja, é o modo como um grupo imagina a si mesmo com uma cultura e história em comum. Para tal, a comunidade é uma referência às fronteiras que um grupo constrói em torno de si, mesmo que maleável. Outro ponto, é que a imigração reforçou o pertencimento nacionalista japonês no momento em que as diferenças culturais foram enfatizadas, possibilitando a organização de “[...] pequenas ‘comunidades imaginárias’, que tinham o objetivo de promover estruturas e práticas que remetiam à cultura japonesa” (LUIZ, 2019, p. 104).

Dentro dessa comunidade imaginada, estabeleceram-se relações de solidariedade e sociabilidade, visando amenizar as dificuldades e os problemas dos primeiros tempos, assim como, formar uma rede de apoio e alicerces para a família. Notamos a estruturação dessas redes no livro de Kawai (1988) ao discorrer sobre sociabilidade e a solidariedade entre os imigrantes japoneses nas fazendas. Se ajudavam sejam nos casamentos: os homens ficavam responsáveis por arranjar lenha, matar porcos e galinhas e improvisar o barracão para a festa, enquanto as mulheres ficavam responsáveis pelos salgados e doces, ou auxiliavam no nascimento de uma criança: “[...] cada família comprava, como presente, dois ou três metros de tecido (quase sempre flanela) para o enxoval do recém-nascido” (KAWAI, 1988, p. 69), e se amparavam em caso de morte: todos ajudavam na construção do caixão e cada um contribuía para as despesas. O mecanismo de solidariedade dos nikkeis é pautada no coletivismo, fundamentado na ajuda mútua, não institucionalizada e nos códigos de honra entre os participantes (ENNES, 2001; SUDA, 2005).

As redes de solidariedade implicavam até mesmo nas escolhas dos lugares de moradia. Como expressado por Iwaya (1982, p. 55), no momento em que sua família decidiu mudar-se de cidade, preferiram ir para Mogi das Cruzes, em razão de alguns patrícios da mesma província viverem lá:

[...] E tanto fez que a sua ideia de mudar da fazenda tornou-se irrevogável. Para isso procurou-se contacto com os seus patrícios de Sorocaba e Moji [sic] das Cruzes. Confiava neles, que eram da mesma província que nós, no Japão, e acabou aceitando a oferta do Senhor Toyozo Ono um dos primeiros imigrantes japoneses radicados no bairro de Cocuera, no município de Moji [sic] das Cruzes.

Ali era, e ainda é, a região onde a colônia japonesa é mais forte [...]. (IWAYA, 1982, p. 55)

O agrupamento dos sujeitos, a constituição de um mecanismo de amparo e coletivista permitiram o possível reconhecimento de uma estrutura social japonesa apoiada na *mura*⁹. No Brasil, os imigrantes se reuniram em associações pela necessidade de tratar sobre os assuntos coletivos, formando, dessa maneira, as colônias japonesas (ENNES, 2001). De acordo com Joyce Rumi Suda (2005), a constituição de um grupo ajudou os indivíduos a definirem os seus lugares na sociedade, isto é, as suas identidades sociais.

A aglutinação dos imigrantes oportunizou a organização de colônias e facilitou a manutenção dos hábitos do país de origem. Dentro das colônias criaram-se as associações¹⁰, possibilitando a formação de escolas, de ligas esportivas e dos espaços de lazer. Além de basear-se no modelo de hierarquia do Japão, desse modo, a direção ficava por conta dos mais velhos e/ou dos moradores mais antigos. Podiam ser estruturadas de acordo com o gênero e a idade, como: os grupos dos senhores¹¹, das senhoras¹² e dos jovens¹³ (SUDA, 2005; ANDRÉ, 2011). Segundo Sakurai (2016) a associação era o espaço de socialização e da confraternização, o lugar onde os imigrantes se encontravam depois do trabalho. Realizavam-se campeonatos de beisebol, de atletismo, *undôkai*¹⁴, concursos de oratória em japonês, de canto e dança, e nas sedes eram comemorados o aniversário do imperador, o ano novo, casamentos e velórios.

Juntamente as associações, surgiram cooperativas agrícolas com a estrutura e organização baseadas nas práticas culturais japonesas. A criação de cooperativas foi em consequência da necessidade de acumulação do capital e de organizarem-se em torno de uma entidade, congregando as de menor porte, “[...] com o objetivo de estreitar os laços entre as várias cooperativas, bem como o de tornar as atividades mais lucrativas, interferindo no preço dos produtos agrícolas, disseminando novas técnicas, garantindo preços mais rentáveis na comercialização [...]” (ENNES, 2001, p. 61). Essas cooperativas associavam-se aos produtos locais e foram cruciais para o desenvolvimento econômico da colônia. Ainda que sejam relacionadas às atividades econômicas, algumas cooperativas também desenvolviam atividades culturais.

⁹ *Mura* (村) significa aldeia rural.

¹⁰ *Nihonjinkai* (日本人会) significa literalmente “associação japonesa”.

¹¹ Denominado homonimamente de *nihonjinkai*.

¹² *Habanokai* (母の会): “associação das mães”.

¹³ *Seinenkai* (青年会).

¹⁴ *Undôkai* (運動会) é um evento esportivo. No Brasil, é uma forma de reunir a colônia japonesa em torno de atividades esportivas.

Kawai (1988, p. 69) versa sobre a união entre os imigrantes de lugares distintos ao chegarem na fazenda:

Na Fazenda Aliança, moravam pessoas que vieram de várias províncias diferentes, e cada qual possuía costumes diferentes. Todavia, na Fazenda, no solo brasileiro, eles haviam adotado costumes diferentes do Japão, mais convenientes para essa comunidade. (KAWAI, 1988, p. 69)

No entanto, essa união e o abandono das diferenças entre os imigrantes de diversas províncias são controversas, visto que dentro da própria colônia existiam preconceitos em relação aos okinawanos, por exemplo. Eles não eram aceitos pelos outros imigrantes japoneses e por isso criaram o seu próprio grupo¹⁵. Marcelo Alario Ennes (2001, p. 79) argumenta que essa situação pode se resumir da seguinte forma: “[...] Okinawa está para os japoneses, como os japoneses estão para os brasileiros”. Dessa forma, questionamos até que ponto o grupo japonês é uma comunidade étnica percebida como uma unidade. Ou isso seria um discurso empregado, essencialmente pela primeira geração para se diferenciarem dos “não japoneses”?

Acreditamos que o grupo nipônico no Brasil é mais que uma comunidade imaginada, eles selecionam os indivíduos que participarão dela de acordo com suas percepções. Conforme Suda (2005, p. 53), para a formação de um grupo é preciso um elevado grau de consenso entre os integrantes, “[...] sendo categorizados pelos outros da mesma maneira, considerando acontecimentos históricos, políticos, sociais e econômicos que levaram ao consenso social sobre quem está ‘dentro’ e quem está ‘fora’ [...]”. Portanto, defendemos que não houve uma unificação real e a afirmação de que os imigrantes abriram mão da sua cultura e assimilaram-se a cultura brasileira é uma jogada adotada pelos autores, e por boa parte dos nikkeis, para demonstrarem o quão integrados estavam na sociedade.

Outro ponto é que os grupos não são homogêneos e há diferenciações intragrupais: os papéis, os subgrupos e as categorias. Observamos isso quando há divisão entre os imigrantes e os descendentes, com pensamento e objetivos distintos. Por fim, supomos que os autores se utilizam do discurso de uma comunidade unida para se diferenciarem dos “não japoneses”. Os grupos fornecem aos seus membros uma identidade social, proporcionando a distinção, comparação e diferenciação em relação aos outros grupos; viabilizando a definição dos sujeitos, o pertencimento em um determinado grupo e a influência social (SUDA, 2005).

¹⁵ Observamos isso em Londrina, pois, por exemplo, existe a Associação Cultural e Esportiva de Londrina (ACEEL), ligada à colônia japonesa, e há a Associação Cultural e Recreativa Okinawa de Londrina (ACROL), demonstrando a diferenciação e divisão entre os nikkeis.

3. Os conflitos durante a Era Vargas

Nas autobiografias são trabalhadas questões como a repressão do governo Vargas¹⁶ e as perseguições dos brasileiros ao grupo japonês. Os autores retrataram as proibições impostas pelo Estado autoritário aos “súditos do eixo”¹⁷, desde a restrição do uso de língua estrangeira à retirada de nikkeis residentes no litoral paulista. Do mesmo modo, versaram sobre a impopularidade dos imigrantes e seus descendentes, reforçada por uma intolerância racial e marcada pela desconfiança, transformando-lhes em “pequenos soldados do imperador”. Nesse contexto, surgiram denúncias populares e até mesmo perseguições desses indivíduos (TAKEUCHI, 2007).

No livro de Iwaya (1982, p. 70) conta-se as restrições impostas aos nikkeis, narrando as adversidades vividas por seu pai:

Mas para os japoneses a época era difícil. Os efeitos da Segunda Guerra Mundial tinham atingido o nosso povo. Meu pai havia perdido o emprego. Ele quase não falava português e falar japonês era proibido. [...] Às vezes ele pensava em sair de São Paulo e procurar trabalho em outro lugar. Mas tudo dependia da polícia, pois para viajar era necessário obter licença e sem salvo-conduto não adiantava tentar. Isso sangrava-lhe o coração. (IWAYA, 1982, p. 70)

As proibições aos imigrantes japoneses começaram a partir da década de 1930 e, posteriormente, com o Estado Novo (1937-1945). Fortificou-se um processo de restrições aos nikkeis e que se acentuou devido ao rompimento das relações entre o Brasil com as potências do Eixo, transformando os imigrantes e seus descendentes em potenciais inimigos do Estado, cabendo ao exército, especialmente a polícia política, a tarefa de reprimi-los. Neste período, as diferenças étnicas e culturais tornaram-se cada vez mais explícitas. Além de diminuir a mobilidade e as possibilidades de empregos e negócios, como também, houve as imposições culturais e sociais aos imigrantes japoneses e seus descendentes (ENNES, 2001; TAKEUCHI, 2007).

¹⁶ Anterior a essa repressão, os imigrantes japoneses já eram alvos de um discurso antinipônico que objetivava a proibição da imigração japonesa para o Brasil. Um discurso que partia de intelectuais, eugenistas e deputados brasileiros, utilizavam argumentos baseados nas teorias raciais da Europa do século XIX mesclados com o projeto de branqueamento. Os imigrantes japoneses eram considerados inassimiláveis e indesejáveis. Na Constituição de 1934 esse preconceito racial instituiu-se em lei através da emenda de número 1.619 (DEZEM, 2000; LESSER, 2001; TAKEUCHI 2007; UENO, 2019).

¹⁷ Denominação pejorativa para designar os imigrantes e os descendentes provenientes dos países que pertenciam ao Eixo na Segunda Guerra Mundial (TAKEUCHI, 2002; 2007).

Diante disso, sucederam uma série de proibições aos “súditos do eixo”, entre eles, os nikkeis: em 1932 foi proibido o ensino da língua japonesa aos menores de dez anos e em 1934, aos de quatorze. Já em 1938, impôs-se o ensino nacional e proibiu-se o uso de língua estrangeira em público, assim como, em 7 de fevereiro de 1938, proibiram-se as transmissões radiofônicas, circulação de jornais, livros e revistas em língua estrangeira. Do mesmo modo, restringiram “[...] a entrada e saída de imigrantes e de seus descendentes, reuniões, comunicação em outro idioma que não fosse português e qualquer tipo de correspondência era censurado [...]” (ENNES, 2001, p. 127) e as cooperativas agrícolas receberam intervenções e passaram a ser administradas por não nikkeis.

Os nikkeis foram caracterizados como um perigo a segurança nacional, já que eram suspeitos de atos de sabotagem e espionagem. Em 8 de julho de 1943, foi exigido a evacuação de 1.500 japoneses residentes do litoral paulista por serem considerados suspeitos nos ataques aos navios brasileiros saídos do porto de Santos. Assim, devido ao clima de desconfiança, boa parte, dos imigrantes japoneses e seus descendentes eram vistos como inimigos, sendo taxados de “quinta coluna”¹⁸. Ainda, restringiram a liberdade de ir e vir dos “súditos do eixo”, na medida em que estabeleceram leis para a locomoção desses sujeitos, era necessário a solicitação de salvo-condutos na delegacia de polícia municipal e a autorização por parte das instituições das regiões de destino (DEZEM, 2000; TAKEUCHI, 2007; ANDRÉ, 2011).

Isso é abordado em outra passagem do livro de Iwaya (1982, p. 86), quando conseguiu formar-se em contador pela Escola de Comércio Doutor Carlos Campos, no entanto, seu diploma é negado, segundo o autor devido a uma lei promulgada por Getúlio Vargas:

Terminei o curso de Contador na Escola de Comércio Doutor Carlos de Campos em São Paulo, em 1945, mas não pude receber o diploma por ser japonês. Uma lei promulgada no Governo Getúlio Vargas, cerceava aos estrangeiros o exercício da profissão liberal. Ao saber disso reclamei o meu direito, mas a secretaria da escola somente forneceu-me o certificado de conclusão do curso, que não tinha grande valor, visto que o Ministério da Educação e da Cultura não aceitava o seu registro e, sem a legalização do certificado, os estrangeiros não podiam exercer a profissão [...]. (IWAYA, 1982, p. 86)

Para o autor, os policiais e o governo perseguiram injustamente os “japoneses” e não distinguiram os “[...] homens honestos, ansiosos por um trabalho que lhes proporcionasse o pão de cada dia, dos que tivessem alguma ligação ideológica com o nazifascismo” (IWAYA,

¹⁸ Segundo Dezem (2000, p. 38) esse termo servia para denominar “[...] o agente ou simpatizante de uma das partes da guerra e que realizava atos de subversão e sabotagem no próprio território inimigo [...]”.

1982, p. 77). Sendo assim, o autor buscou diferenciar os imigrantes japoneses de outros imigrantes que, para ele, eram ligados ao nazifascismo. Supomos que Iwaya pretendeu distinguir os nikkeis dos imigrantes italianos e alemães, uma vez que na Segunda Guerra Mundial os países Alemanha, Japão e Itália estavam unidos em uma aliança denominada de Eixo, viabilizando que os imigrantes desses países fossem taxados de “súditos do Eixo”. Ademais, é notável nesse excerto os aspectos do discurso nacionalista e etnocêntrico japonês, como apontado, pois os imigrantes eram caracterizados como “honestos” e “trabalhadores”, qualificados como os “melhores” para o desenvolvimento do país.

Conflito narrado, similarmente, por Yamamoto (1984, p. 20), no qual relembra a proibição de embarcar mercadorias em nome de japoneses. Dessa forma, adotaram-se táticas para tal: “Como, durante a guerra, não era permitido embarcar mercadorias em nome de japoneses, consegui prosseguir nas transações internacionais, em nome de um membro da família, Feliciano Fernandes, de origem portuguesa [...]. Corroborando que embora houvesse esse quadro de medo por parte dos brasileiros, haviam pessoas que julgavam essas repressões injustas.

Observamos que os imigrantes e seus descendentes não permaneceram passivos perante as situações impostas, mas resistiram através de táticas. O medo dos nikkeis serem “pequenos soldados do imperador” gerou um clima de terror. Como já apresentado, isso resultou em denúncias populares que, muitas vezes, ocasionavam em prisões e até mesmo apreensão de objetos, como: livros e documentos em japonês, porque acreditavam que esses documentos podiam ser tanto uma forma de propaganda nipônica como também planos militaristas com o objetivo de ajudar o Japão na guerra (DEZEM, 2005; TAKEUCHI, 2007).

4. Conflitos no pós-guerra

Os escritores abordaram, em seus livros, as memórias sobre as hostilidades do pós-guerra: conflitos entre os brasileiros e os nikkeis; confrontos dentro da própria colônia japonesa e as ações da Shindô Renmei. No entanto, existe um silenciamento sobre as especificidades dos acontecimentos que envolvem a colônia, como sua divisão e os assassinatos entre os próprios nikkeis. Esse silenciamento, por parte do grupo japonês, não significa um esquecimento, mas uma memória vergonhosa e dolorosa. Para além disso, é encarada como uma desconstrução da narrativa de uma comunidade imaginada.

Primeiro frisamos o relato de Kawai (1988, p. 99), contando a perseguição que os nikkeis estavam vivenciando com o fim da Segunda Guerra Mundial, causada, sobretudo, por esse ambiente de desconfiança discutido no tópico anterior:

Nessa vila de ambiente mais selvagem, onde reinava a lei dos mais fortes, sofremos o mais terrível golpe de nossa vida. Um dia, espalhou-se na vila a notícia de que a guerra havia terminado: era uma boa notícia, mas em seguida chegou outra. Em algumas cidades perto da vila, estavam acontecendo tumultos violentos, nos quais muitos moradores japoneses haviam sido atacados por desordeiros. As lojas foram saqueadas e os donos foram espancados pela multidão. Senti aquela sensação de insegurança e temor, porque na vila não havia polícia. Mas como não devíamos nada para ninguém, vivendo em paz como todo mundo, não havia razão para fugirmos, e passamos o dia normalmente. (KAWAI, 1988, p. 99)

A *posteriori*, relata as agressões sofridas pelo seu marido: “[...] quando acabamos de jantar chegou uma multidão de homens em frente de minha casa. Gritaram para que meu marido saísse. Pedi-lhe que não atendesse, porque já sabia que, se fosse, eles o matariam [...]” (KAWAI, 1988, p. 99). Ainda, prossegue a narrativa contando como seu marido foi salvo, explanado anteriormente, pelo personagem Augusto. Por mais que sejam abordados os conflitos entre os nikkeis e os brasileiros, no livro de Kawai (1988), não há nenhuma menção sobre os embates dentro da própria colônia. Do mesmo modo, no livro de Yamamoto (1984) não é aludido nenhum evento sobre a Shindô Renmei e nem sobre os assassinatos. Inclusive, raramente deparamos com passagens que narraram os conflitos gerados no fim da Segunda Guerra Mundial. Identificamos, então, um silenciamento sobre esses eventos e isso não significa o esquecimento, mas uma seleção pelos escritores sobre os assuntos que gostariam de relembrar e transmitir. Os silêncios também devem ser analisados, na medida em que dizem muito sobre os objetivos desses autores.

O silenciamento pode significar uma memória traumática, uma vez que não se encontram palavras possíveis para expressar os determinados eventos, isto é, essas memórias tornam-se inarráveis, como apontado por Paul Ricoeur (2007), em que o silenciamento é considerado um meio de se gerir o trauma. Portanto, os nikkeis aderiram a essa tática para não se depararem com aquilo que transbordava não somente dor, mas continuamente causava vergonha (CARVALHO, 2017, p. 490). Elementos comuns ao discurso memorialístico produzidos durante as comemorações do aniversário da imigração japonesa.

Já a obra de Iwaya (1982, p. 94) contém algumas passagens sobre a Shindô Renmei. No contexto de sua mudança para a cidade de Assaí, presenciou na delegacia a prisão de muitos japoneses pertencentes a essa sociedade:

[...] Surpreso, deparei no pátio grande quantidade de japoneses que almoçavam em companhia de suas famílias. A maioria era de idosos. Uns sentados no chão, outros de cócoras, rodeados de pratos e marmitas, estavam comendo e conver-

sando. Notei que estavam preocupados e tristes e perguntei ao Cabo Dirceu Mendes a razão de estarem ali aqueles nipônicos. Ele olhou-me da cabeça aos pés, sorriu e informou que os 42 japoneses pertenciam à organização Shindô Renmei, um movimento formado pelos que não acreditavam na derrota do Japão na guerra. Estavam presos há mais de 40 dias e havia dificuldade de convencê-los da verdade, por um lado, porque muitos eram idosos e não percebiam que os tempos eram outros e, por outro, porque não sabiam ler nem falar o português e estavam imbuídos da sugestão propagandística de falsos representantes nipônicos. Eram, portanto, vítimas de suas teimosias alimentadas pela falta de esclarecimento, mas à polícia, que mantinha os japoneses presos por ordem superior, isso não interessava. (IWAYA, 1982, p. 94)

Todavia, só há essa menção, no livro, sobre as hostilidades dentro da colônia e de forma romantizada, percebendo os presos como vítimas do sistema e de “patrícios” mal-intencionados. Ainda, argumenta que o processo na delegacia só foi finalizado no momento em que auxiliou como tradutor. Compreendemos que o autor buscou retirar a culpa dos indivíduos que participaram da Shindô Renmei, colocando-os como vítimas de um sistema complexo e transferindo a culpa para uma crença que possuíam, para um amor à pátria, ou seja, para o nacionalismo japonês que entrou em conflito com o nacionalismo brasileiro do governo Vargas.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a derrota do Japão, a colônia japonesa entrou em crise e cindiu-se entre aqueles que acreditavam na vitória do Japão (vitoristas/*kachigumi*) e os que propagavam a perda do país (derrotistas/*makegumi*)¹⁹. Esse conflito e, consequentemente, a divisão do grupo japonês surgiram, principalmente, devido a um nacionalismo exacerbado, por parte de alguns nikkeis, e pela falta de acesso às informações, ou a falta de confiabilidade nas notícias brasileiras. Desde as restrições impostas pelo governo, como exposto, os imigrantes japoneses ficaram praticamente isolados, visto que a maioria morava no interior, ou seja, em lugares afastados e não possuíam domínio da língua portuguesa (KUMASAKA; SAITO, 1973; DEZEM, 2000). Conforme Dezem (2000), as medidas repressivas do governo só aumentaram o nacionalismo japonês, viabilizando que os imigrantes se unissem ideologicamente em torno do *Yamato Damashii*.

Nos finais da década de 1940, surgiram algumas sociedades ultranacionalistas e, entre elas, a Shindô Renmei (Liga do Caminho dos Súditos). A Shindô Renmei destacou-se entre as sociedades clandestinas, defendia a vitória do Japão e buscava combater os traidores, ou

¹⁹ Denominados de “derrotistas” pelos vitoristas de forma pejorativa (KUMASAKA; SAITO, 1973; DEZEM, 2000; LESSER, 2001).

seja, os “derrotistas”; concretizando-se através de diversas ações: 1- os ataques às produções de bicho de seda, pois acreditavam que seriam utilizados para a confecção de paraquedas dos norte-americanos; 2- propagavam diversas notícias falsas, como a adulteração de uma fotografia, publicada inicialmente no jornal “A Tribuna de Santos” (1945)²⁰, para provar a vitória do Japão na guerra, ao comparar com a original percebemos as diferenças: “[...] no lugar da bandeira norte-americana, encontrava-se a bandeira japonesa. A legenda, escrita em japonês, informava que os *Aliados se rendiam incondicionalmente ao vencedor exército nipônico na Baía de Tóquio*” (DEZEM, 2000, p. 59); 3- ameaças e assassinatos dos principais sujeitos do grupo “derrotista”, então, a partir de 1946 ocorreram alguns assassinatos, chegando em torno de 21 casos (KUMASAKA; SAITO, 1973; DEZEM, 2000).

Esses eventos marcaram profundamente a colônia japonesa, tornando-se uma memória traumática e até mesmo vergonhosa. Sendo assim, adotou-se uma estratégia: a administração de um silenciamento e que se configurou em um tabu. Assim como, notamos uma ressignificação da memória, em que alguns autores se empenharam para retirar a carga de culpa dos participantes e transferir para uma conjuntura maior e complexa. Ainda, defendemos que os autores optaram por silenciar ou expor de modo ressignificado os conflitos, porque, de certa forma, manchariam a narrativa sobre a imigração japonesa, que enfoca na dor, sofrimentos, esforços e contribuições deles no desenvolvimento do Brasil.

5. Considerações finais

Com as análises, concluímos que a literatura nikkei constituiu-se como um campo mais “publicizado” a partir da década de 1980, visto que não se restringiu mais às publicações somente em japonês e direcionadas à colônia. Tornaram-se livros escritos em português e destinado a um público maior, incluindo os brasileiros e descendentes que não dominavam a língua japonesa. Sugere-se que esse movimento seja causado, em parte, pela preocupação da colônia sobre um possível esvaziamento, assim, buscaram ampliar as redes e seu membros participantes. Nas obras houve a romantização do processo da imigração, criando uma espécie de narrativa fabulada, cronológica e com um final feliz ou, pelo menos, com os imigrantes conquistando seu espaço na sociedade brasileira e esforçando-se para alcançar a ascensão social e econômica.

As autobiografias podem ser consideradas uma espécie de “auto ficção biográfica”, apesar de serem uma escrita do eu, é um eu reinventado, imaginado, ficcionalizado e ro-

²⁰ Foto disponível no livro “Shindô-Renmei: Terrorismo e repressão” de Dezem (2000).

mantizado (STADNIKY, 2013). Os autores das autobiografias eram imigrantes e desejavam, acima de tudo, deixar os seus registros para as gerações futuras. Narraram as suas histórias e o processo imigratório cronologicamente, acentuando os sofrimentos e as dificuldades, porém, são retratados no enredo como apenas um degrau para alcançar a vitória, concretizada na ascensão social. Portanto, compreendemos que as histórias de vida dos autores seguiram uma linha lógica, colocando os eventos em ordens sucessivas, mesmo que na realidade não fosse assim, e são contados como se estivessem predestinados.

São assuntos comuns nas autobiografias: as crises no Japão, levando-os a imigrarem para um país desconhecido; as dificuldades na viagem e a decepção ao chegar no Brasil, deparando-se com uma realidade muito dispare daquela prometida pelo governo japonês ou pelas empresas de colonização; as repressões pelo governo brasileiro, mais especificamente pelo governo Vargas, e a perseguição durante a II Guerra Mundial; e a ascensão social e econômica por intermédio do “trabalho duro”, evidenciando os importantes cargos, ou pelo menos significativo, que atingiram: Armando Soichi Iwaya era reconhecido na colônia japonesa, ganhando diversos prêmios/condecorações, inclusive de comendador; Mitsuko Kawai tornou-se a primeira jornalista mulher aos 54 anos; e Katsuzo Yamamoto tornou-se um importante jornalista para colônia japonesa. Portanto, as autobiografias são de pessoas de significância para o grupo japonês.

6. Referências

7.1. Fontes

IWAYA, Armando Soichi. **Samurai da paz**: Saga de um imigrante japonês. Curitiba: Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, 1982.

KAWAI, Mitsuko. **Sob dois horizontes**. São Paulo: Editora do Escritor Ltda, 1988.

YAMAMOTO, Katsuzo. **Toda uma vida no Brasil**. Tradução de José Yamashiro. São Paulo: Massao Ohno Editor, 1984.

7.2. Bibliografia

ANDERSON, Benedict R. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do Nacionalismo. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRÉ, Richard Gonçalves. **Religião e silêncio**: Representações e Práticas mortuárias entre nikkeis em Assaí por meio de túmulos. 2011. 250 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2011.

BRANCO, Lúcia Castello. **O que é escrita feminina**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3 ed. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. Trabalhos e projetos. In: ORTIZ, Renato (org). **Pierre Bourdieu**: sociologia. Tradução de Paula Monteiro e Alicia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983. p. 38-45.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 183-191.

BURKE, Peter. História como memória social. In: BURKE, Peter. **Variiedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CARVALHO, Diego Avelino de Moraes. **O martírio no sol poente**: das agruras (e) (i) migratórias à formação de milícias ultranacionalistas no contexto do pós guerra no Brasil – O caso da *Shindo-Renmei* (1868-1956). 2017. 557 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2017.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 22 ed. Petrópolis: Vozes. 2014.

DEZEM, Rogério. **Shindô-Renmei**: Terrorismo e repressão. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2000.

DEZEM, Rogério. **Matizes do “Amarelo”**: A gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908). São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

ENNES, Marcelo Alario. **A construção de uma identidade inacabada**: nipo-brasileiro no interior do Estado de São Paulo. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

KUMASAKA, Y.; SAITO, H. Kachigumi: uma desilusão coletiva entre os japoneses e seus descendentes no Brasil. In: SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e luta pela etnicidade no Brasil**. Tradução de Patricia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

LUIZ, Leonardo Henrique. **O espírito de Yamato: o xintoísmo de Estado e o Kyôiku Chokugo na formação do nacionalismo japonês e a imigração para o Brasil (1890-1980)**. 2019. 146 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

MAESIMA, Cacilda. **Japoneses, multietnicidade e conflito na fronteira: Londrina, 1930/1958**. 2012. 219 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Fluminense, Rio de Janeiro, 2012.

ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu: sociologia**. Tradução de Paula Monteiro e Alicia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

SAKURAI, Célia. **Romanceiro da imigração japonesa**. São Paulo: Editora Sumaré, 1993.

SAKURAI, Célia. **Imigração tutelada. Os japoneses no Brasil**. 2000. 204 p. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

SAKURAI, Célia. **Os japoneses**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2016.

SUDA, Joyce Rumi. **Identidade social em movimento: a comunidade japonesa na Grande Vitória (ES)**. 2005. 175 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

STADNIKY, Hilda Pivaro. Transversalidade de gênero na ficção nipo-brasileira: formas textualizadas do tempo vivido. In: VI Congresso Internacional de História. 2013, Maringá. **Anais do VI Congresso Internacional de História**. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2013. Disponível em: http://www.cih.uem.br/anais/2013/trabalhos/477_trabalho.pdf. Acessado em 13 de junho de 2020. p. 1-13.

TADA, Elton Vinicius Sadao. A memória do imigrante japonês no Brasil e de seus descendentes a partir da literatura: o *Nibonjin* de Oscar Nakasato. **Estudos Japoneses**, São Paulo, n. 34, 2014. p. 20-31.

TAKEUCHI, Marcia Yumi. **O Perigo Amarelo em Tempo de Guerra (1939-1945)**. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa oficial do Estado, 2002.

TAKEUCHI, Marcia Yumi. **Japoneses: A saga do povo do sol nascente**. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Lazuli Editora, 2007.

UENO, Luana Martina Magalhães. O duplo perigo amarelo: o discurso antinipônico no Brasil (1908-1934). **Estudos Japoneses**, São Paulo, n. 41, p. 101-115, 2019.

VEJMELKA, Marcel. O Japão na literatura brasileira atual. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, n. 43, p. 213-234, 2014.